



Câmara Municipal de Novais

CNPJ. 74.354.168/0001-31

Novais - SP

AUTOGRAFO DE LEI Nº. 11/2017, DE 20 DE JUNHO DE 2017.

Aprova conforme redação o Projeto de Lei nº 08/2017, de 28 de abril de 2017, de autoria do Executivo que, "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária do Município de Novais para o exercício financeiro do ano 2018, e dá outras providências".

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVAIS, Comarca de Catanduva, Estado de São Paulo, na sua 10ª Sessão Ordinária, do dia 19 de junho de 2017, e com base na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno;

APROVA:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as diretrizes para o orçamento do Município de Novais para o exercício de 2018, compreendendo:

- I - As orientações sobre elaboração e sua execução;
- II - As prioridades e metas operacionais;
- III - As alterações na legislação tributária municipal;
- IV - As disposições relativas à despesa com pessoal;
- V - Outras determinações de gestão financeira.

Parágrafo único. Integram a presente Lei os anexos de metas, riscos fiscais e de prioridades operacionais, bem como outros quadros demonstrativos exigidos pelas normas de direito financeiro.

CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 2º. A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e indireta, assim como as empresas públicas dependentes, observando-se os seguintes objetivos:

- I - Combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social;
- II - Municipalizar todo o ensino fundamental, da primeira à quarta série (se for o caso);
- III - Apoiar estudantes carentes na realização do ensino médio e superior;
- IV - Promover o desenvolvimento econômico do Município;
- V - Reestruturar os serviços administrativos;
- VI - Buscar maior eficiência arrecadatória;
- VII - Prestar assistência à criança e ao adolescente;
- VIII - Melhorar a infraestrutura urbana.
- IX - Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população

carente.



Câmara Municipal de Novaes

CNPJ. 74.354.168/0001-31

Novaes - SP

Autógrafo de Lei nº 11/2017, de 20/06/2017

Art. 3º. O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado conforme as diretrizes fixadas nesta Lei e as cabíveis normas da Constituição, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º. A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal;
- II - o orçamento de investimento das empresas não dependentes;
- III - o orçamento da seguridade social

§ 2º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a receita em anexo próprio, conforme o Anexo I, da Portaria Interministerial nº 163, de 2001.

§ 3º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão o gasto no mínimo até o elemento de despesa, a modo do artigo 15 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§ 4º. Sendo, o projeto de lei orçamentária elaborado por meio de sistema de processamento de dados, deverá o Poder Executivo disponibilizar acesso aos vereadores e técnicos da Câmara Municipal, para as pertinentes funções legislativas.

Seção II Das Diretrizes Específicas

Art. 4º. A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2018 obedecerá as seguintes disposições:

- I - cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, nisso especificado valores e metas físicas;
- II - a alocação dos recursos será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos e a avaliação dos resultados programáticos;
- III - na estimativa da receita será considerada a atual tendência arrecadatória, as modificações na legislação tributária, bem como a perspectiva de evolução do PIB e da inflação no biênio 2017/2018.
- IV - as receitas e despesas serão orçadas a preços de julho de 2017.
- V - novos projetos contarão com dotação apenas se supridos os que se encontram em andamento, e somente se atendidos as despesas de conservação do patrimônio público;

Parágrafo único. Os projetos a serem incluídos na lei orçamentária anual deverão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos programas físico-financeiros.

Art. 5º. As unidades orçamentárias da Administração direta encaminharão à unidade responsável pelo planejamento e orçamento do Poder Executivo, suas propostas parciais até 31 de julho de 2017.

Art. 6º. A Câmara Municipal encaminhará à Prefeitura sua proposta orçamentária até 31 de julho de 2017.

Art. 7º. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência, conforme o Anexo de Riscos Fiscais que acompanham a presente lei.



Câmara Municipal de Novais

CNPJ. 74.354.168/0001-31

Novais - SP

Autógrafo de Lei nº 11/2017, de 20/06/2017

Art. 8º. Em adição às reservas prescritas nos artigos 7º e 8º, a Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência em tamanho equivalente ao esperado superávit do regime próprio de previdência social (se for o caso).

Art. 9º. Até o limite de 15% da despesa inicialmente fixada, fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.

Parágrafo único. Para fins do art. 169, VI, da Constituição, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial ou, sob a classificação econômica, os grupos corrente e de capital da despesa.

Art. 10. Nos modelos do art. 165, §8º da Constituição e do art. 7º, I, da Lei 4.320/1964, a lei orçamentária poderá conceder, no máximo, até 10% para abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 11. Os auxílios, subvenções e contribuições estarão submetidos às regras da Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo ainda as entidades atender ao que segue:

- I – Atendimento direto e gratuito ao público;
- II – Certificação junto ao respectivo Conselho Municipal;
- III – Aplicação na atividade-fim de, ao menos, 80% da receita total;
- IV – Compromisso de franquear, na Internet, demonstrativos contendo os valores repassados e sua utilização;
- V – Prestação de contas aprovadas dos recursos anteriormente recebidos, devidamente avaliada pelo controle interno e externo.

Art. 12. As despesas de publicidade e propaganda e as que forem processadas sob o regime de adiantamento serão destacadas em específica categoria programática, sob denominação que permita a sua clara identificação.

Art. 13. Até 5 (cinco) dias úteis após o envio à Câmara Municipal, o Poder Executivo publicará, na Internet, o projeto de lei orçamentária, resumindo-o em face dos seguintes agregados:

- I – Órgão orçamentário;
- II – Função de governo;
- III – Grupo de natureza de despesa.

Art. 14. Será dada ampla publicidade dos locais, datas e horários de realização das audiências determinadas no art. 48, parágrafo único, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive com divulgação na página oficial da Prefeitura na internet.

Art. 15. Ficam proibidas as seguintes despesas:

- I – Promoção pessoal de autoridades e servidores públicos;
- II – Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor municipal em atividade;
- III – Ajuda financeira a clubes e associações de servidores;
- IV – Pagamento de salários, subsídios, proventos e pensões maiores que o subsídio do Prefeito;

0016



Câmara Municipal de Novaes

CNPJ. 74.354.168/0001-31

Novaes - SP

Autógrafo de Lei nº 11/2017, de 20/06/2017

- V – Pagamento de horas extras a ocupantes de cargos de comissões;
- VI – Pagamento de 13º salário a agentes políticos;
- VII – Pagamento de sessões extraordinárias aos Vereadores;
- XIII – Pagamento de verbas de gabinete aos Vereadores;
- IX – Distribuição de agendas, chaveiros, buquês de flores, cartões e cestas de Natal entre outros brindes;
- X – Pagamento de anuidade de servidores em conselhos profissionais como OAB, CREA, CRC, entre outros.

Seção III Da Execução do Orçamento

Art. 16. Até trinta dias após publicação da lei orçamentária anual, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.

§ 1º As receitas serão propostas em metas bimestrais, enquanto os desembolsos financeiros se apresentarão sob metas mensais.

§ 2º A programação financeira e o cronograma de desembolso poderão ser modificados segundo o comportamento da execução orçamentária.

Art. 17. Caso haja frustração da receita prevista e dos resultados fiscais esperados, será determinada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 1º A restrição do caput será proporcional à participação dos Poderes no total das dotações orçamentárias e dos créditos adicionais.

§ 2º Excluem-se da limitação às despesas alusivas às obrigações constitucionais e legais no Município, bem como as contrapartidas requeridas em convênios com a União e o Estado.

§ 3º A limitação de empenho e da movimentação financeira será ordenada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por Ato da Mesa e Decreto.

Art. 18. O Poder Legislativo, por ato da Mesa, estabelecerá até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, seu cronograma de desembolso mensal.

Parágrafo único. O cronograma de que trata este artigo contemplará as despesas correntes e as de capital.

Art. 19. Para isentar os procedimentos requeridos na criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, considera-se irrelevante a despesa que não ultrapassa os limites do art. 24, I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Art. 20. Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita obedecerão às disponibilidades da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como o desconto para pagamento à vista do imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), desde que os respectivos valores tenham composto a estimativa da receita orçamentária.



Câmara Municipal de Novaes

CNPJ. 74.354.168/0001-31

Novaes - SP

Autógrafo de Lei nº 11/2017, de 20/06/2017

CAPÍTULO III DAS PRIORIDADES E METAS

Art. 21. Integram a presente Lei:

- I - Os Anexos de Metas Fiscais;
- II - O Quadro de Órgãos e Unidades Orçamentárias;
- III- O Quadro de Funções de Governo;
- IV- O Quadro de Programas de Governo;
- V- O Quadro de Projetos e Atividades;
- VI- O Quadro de Parcerias com as Organizações da Sociedade Civil.
- V- O Quadro das Organizações da Sociedade Civil a serem beneficiadas com

transferências financeiras do Município.

Parágrafo único - Excepcionalmente, o Anexo de Prioridades e Metas de Planejamento para o Exercício de 2018, serão encaminhados ao Poder Legislativo juntamente com o projeto de lei do Plano Plurianual – PPA, a ser estabelecido para o período de 2018-2021, em atendimento ao prazo consignado na Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO IV DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 22. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- I – Revisão e atualização do Código tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
- II – Revogação das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal; revisão das taxas, de forma a adequá-las aos custos dos respectivos serviços;
- III – Atualização Planta Genérica ajustando-a a realidade do mercado imobiliário;
- IV – Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, execução fiscal e arrecadação de tributos.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À PESSOAL E ENCARGOS

Art. 23. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei referentes ao servidor público, nisso incluído:

- I – concessão e absorção de vantagens e revisão ou aumento da remuneração dos servidores;
- II – criação e extinção de cargos públicos;
- III – criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;
- IV – provimento de cargos e contratações estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente;
- V – revisão do sistema de pessoal, particularmente o plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público por meio de políticas de valorização, desenvolvimento profissional e melhoria das condições de trabalho do servidor público.



Câmara Municipal de Novais

CNPJ. 74.354.168/0001-31

Novais - SP

Autógrafo de Lei nº 11/2017, de 20/06/2017

Parágrafo único. As alterações autorizadas neste artigo dependerão de saldo na respectiva dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de acréscimo na despesa com pessoal.

Art. 24. Na hipótese de superação do limite prudencial referido no art. 22 da Lei Federal nº 101, de 2000, a convocação para horas extras somente ocorrerá nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida pela chefia do Poder Executivo.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Os repasses mensais ao Poder Legislativo serão realizados segundo o cronograma de desembolso de que se trata o art. 16 desta Lei, respeitando o limite total do art. 29-A da Constituição.

§ 1º Caso o orçamento legislativo supere o limite referido no caput, fica o Poder Executivo autorizado ao corte do excesso, não sem antes haver a oitava da Mesa Diretora da Câmara quanto às despesas que serão expurgadas.

§ 2º Não elaborado o cronograma de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados à razão mensal de 1/12 das dotações consignadas ao Poder Legislativo, respeitando, em qualquer caso, o limite constitucional.


Art. 26. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo único. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais do Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do recebimento na Prefeitura.

Art. 27. Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sansão até o encerramento da sessão legislativa, a sua programação será executada, a cada mês, na proporção de até 1/12 do total da despesa orçada.

Art. 28. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Novais-SP, 20 de junho de 2017.


FLAVIO APARECIDO SIMÃO
Presidente da Câmara



PAULO CESAR DIAS PINHEIRO
Vice-Presidente



CLAUDINEI CÁCERES GIL
1º Secretário



Câmara Municipal de Novais

CNPJ. 74.354.168/0001-31

Novais - SP

Autógrafo de Lei nº 11/2017, de 20/06/2017

QUADRO DE ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

01	PODER LEGISLATIVO
01.01	CÂMARA MUNICIPAL
02	PODER EXECUTIVO
02.01	CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02	DIVISÃO ADMINISTRATIVA
02.03	DIVISÃO DE FINANÇAS
02.04	DIVISÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
02.05	DIVISÃO ED. PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR
02.06	DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR
02.07	FUNDEB
02.08	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09	FUNDO M. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
02.10	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02.11	FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE
02.12	DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS
02.13	DIVISÃO DE SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS
02.14	DIVISÃO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

0020



Câmara Municipal de Novais

CNPJ. 74.354.168/0001-31

Novais - SP

Autógrafo de Lei nº 11/2017, de 20/06/2017

QUADRO DE FUNÇÕES DE GOVERNO – 2018

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
01	LEGISLATIVA
04	ADMINISTRAÇÃO
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
10	SAÚDE
12	EDUCAÇÃO
13	CULTURA
15	URBANISMO
16	HABITAÇÃO
17	SANEAMENTO
18	GESTÃO AMBIENTAL
20	AGRICULTURA
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS
26	TRANSPORTE
27	DESPORTO E LAZER
28	ENCARGOS ESPECIAIS
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0023



Câmara Municipal de Novaís

CNPJ. 74.354.168/0001-31

Novaís - SP

Autógrafo de Lei nº 11/2017, de 20/06/2017

QUADRO DE PROGRAMAS DE GOVERNO – 2018

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
0001	PROCESSO LEGISLATIVO
0002	COORDENAÇÃO SUPERIOR
0003	COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA
0004	ENCARGOS GERAIS
0005	PLANEJAMENTO GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRO
0006	MANUTENÇÃO E SUPORTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA
0007	PRIORIDADE EM EDUCAÇÃO INFANTIL
0008	EXPANSÃO, MELHORIA, REF. REDE FÍSICA ESCOLAR
0009	INFRA ESTRUT. E PROM DO ESP. LAZER E RECREAÇÃO
0010	APOIO A FORMAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO, PROF. E SUP.
0011	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
0012	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE - SUS
0013	ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
0014	VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE
0015	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
0016	ASSIST. INTEGRAL, PROT. À CRIANÇA E ADOLESCENTE
0017	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
0018	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
0019	PASSE DO TRABALHADOR
0020	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
0021	INFRA-ESTRUTURA E PLANEJAMENTO URBANO
0022	DESENVOLVIMENTO URBANO
0023	INFRA ESTRUTURA, RECUP. CONS. ESTRADAS VICINAIS
0024	APOIO À PROVISÃO DE MORÁDIAS
0025	SANEAMENTO GERAL
0026	APOIO E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
0027	GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE
0028	DESENVOLVIMENTO CULTURAL LITERÁRIO



Câmara Municipal de Novaes

CNPJ. 74.354.168/0001-31

Novaes - SP

Autógrafo de Lei nº 11/2017, de 20/06/2017

QUADRO DE PROJETOS E ATIVIDADES – 2018

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
0001	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
1001	OBRAS ESCOLARES ENSINO FUNDAMENTAL
1002	OBRAS ESCOLARES CRECHES E PRÉ-ESCOLAR
1003	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
1004	SAÚDE
1005	EXECUÇÃO DE GUIAS, RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO
1006	EXECUÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS E OBRAS COMPLEMENTARES
1007	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS
1008	IMPLANTAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS
1009	CONSTRUÇÕES E REFORMA NO ESTÁDIO MUNICIPAL
1010	CONSTRUÇÃO DE MINI CAMPOS E FUTEBOL SOCIETY
2001	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS E GINÁSIO DE ESPORTES
2002	ESPORTES
2003	ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO
2004	FUNCIONAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO
2005	DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO DO LEGISLATIVO
2006	COORDENAÇÃO GERAL DO PODER EXECUTIVO
2007	REGIME DE ADIANTAMENTO EXECUTIVO MUNICIPAL
2008	PUBLICIDADE E PROPAGANDA GOVERNAMENTAL
2009	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA
2010	REGIME DE ADIANTAMENTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO
2011	PUBLICIDADE DE ATOS OFICIAIS
2012	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DIVISÃO DE FINANÇAS
2013	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
2014	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
2015	REGIME ADIANTAMENTO DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
2016	MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO EM CRECHE
2017	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
2018	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
2019	MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
2020	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO MÉDIO
2021	APOIO A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE
2022	TRANSPORTE DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR
2023	REGIME DE ADIANTAMENTO ENSINO SUPERIOR
2024	MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
2025	MERENDA ESCOLAR CRECHE
2026	MERENDA ESCOLAR PRÉ-ESCOLA
2027	MERENDA ESCOLAR EJA
2028	MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO ESPECIAL
2029	MERENDA ESCOLAR ENSINO MÉDIO
	FUNDEB REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO FUNDAMENTAL
	FUNDEB MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

002



Câmara Municipal de Novais

CNPJ. 74.354.168/0001-31

Novais - SP

Autógrafo de Lei nº 11/2017, de 20/06/2017

QUADRO DE PROJETOS E ATIVIDADES – 2018 (Continuação)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
2030	FUNDEB REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO INFANTIL CRECHE
2031	FUNDEB MANUTENÇÃO DE CRECHE
2032	FUNDEB REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRÉ-ESCOLA
2033	FUNDEB MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
2034	FUNDEB REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO EDUCAÇÃO ESPECIAL
2035	FUNDEB MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
2036	ESPECIALIZADO
2037	FUNDEB REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO EDUCAÇÃO DE JOVENS
2038	E ADULTOS
2039	FUNDEB MANUTENÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
2040	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE
2041	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E AÇÕES DOS ACS
2042	REGIME DE ADIANTAMENTO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2043	ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
2044	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA
2045	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE
2046	ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
2047	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
2048	PROMOÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
2049	ATENDIMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
2050	APOIO EMERGENCIAL ÀS PESSOAS
2051	REGIME DE ADIANTAMENTO – FMAS
2052	MANUTENÇÃO DO PROJETO DE GERAÇÃO DE RENDA
2053	AÇÕES DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE
2054	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
2055	CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS
2056	OPERAÇÃO DE COLETA E ABASTECIMENTO DE ÁGUA
2057	OPERAÇÃO DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO
2058	COLETA E DISPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS
2059	APOIO ÀS ATIVIDADES DA AGRICULTURA
2060	ATIVIDADES DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE
2061	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
9999	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS, RECREATIVAS E DE LAZER
	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0024



Câmara Municipal de Novais

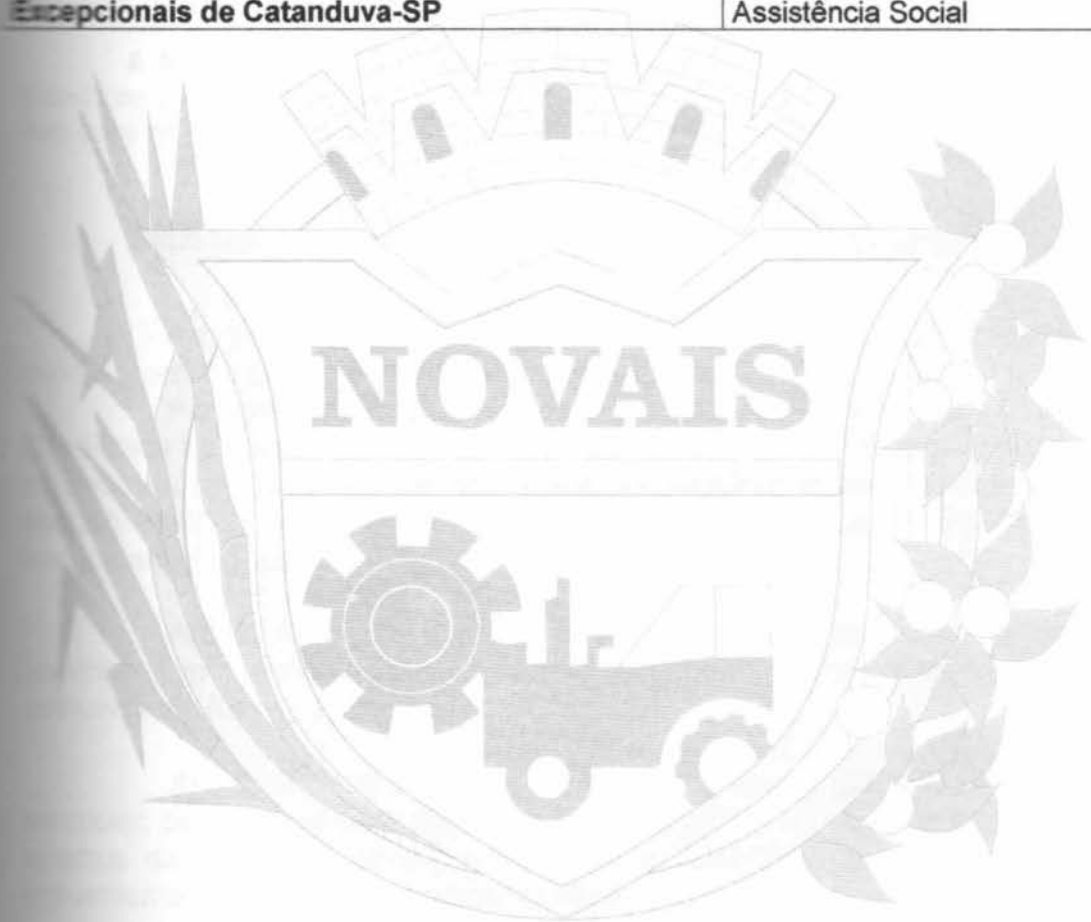
CNPJ. 74.354.168/0001-31

Novais - SP

Autógrafo de Lei nº 11/2017, de 20/06/2017

QUADRO DE PARCERIAS COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

ENTIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO
Lar dos Pobres Joana D'Arc	Assistência Social
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catanduva-SP	Educação e Assistência Social



0000